

Estranha fixação

EQUIPE ECONÔMICA VEM SENDO ACUSADA DE TER COMPULSÃO PELA AGENDA NEGATIVA

*Rogério L. Furquim Werneck**

O cliente acomoda-se na cadeira e abre afinal a boca, permitindo que o dentista comece a lhe examinar os dentes, munido de um instrumento pontiagudo. Mas em seguida já protesta, em meio a um gemido irritado: -- Neste não! Com tantos dentes, vai mexer logo no que está doendo ?!

Com o mesmo tipo de irritação, têm de lidar também os médicos, sempre acusados de só ter olhos logo para as piores facetas dos resultados do exame clínico. Por algum motivo insondável, são profissionais que insistem em mostrar estranha “compulsão pela agenda negativa”. A mesma compulsão que parte da bancada do governo no Congresso parece ter detectado agora no comportamento da equipe econômica.

A última palha, que deflagrou acessos de irritação em vários parlamentares governistas, foi a divulgação pelo ministério da Fazenda, de um estudo sobre as instituições financeiras federais, que havia sido encomendado pelo governo, no final do ano passado, a um consórcio formado pela empresa de consultoria Booz-Allen & Hamilton e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo. Tendo sido obrigado a injetar mais de R\$ 8 bilhões nas suas instituições financeiras nos últimos anos, o governo federal vem tentando mapear as dificuldades que por elas vêm sendo enfrentadas. O quadro que emerge do estudo preparado pelo consórcio é um tanto preocupante. E o governo quer, a partir deste documento, desencadear ampla discussão no País sobre como devem ser solucionados os problemas que vêm afligindo tais instituições.

Parlamentares governistas protestam. Acham que não é o momento de levantar questões espinhosas e ampliar ainda mais o que vêm chamando de agenda negativa. Se as instituições financeiras federais vêm enfrentando dificuldades, o melhor que o governo tem a fazer é olhar para o lado e fingir que não está vendo. Embora ainda haja dois anos e meio de mandato presidencial pela frente, acham que já está mais do que na hora de o governo mudar o foco de suas atenções para uma agenda positiva. O longo e desgastante embate com interesses contrariados, que marcou o avanço da estabilização, deveria agora dar lugar a programas de ação governamental de caráter essencialmente benevolente. Chega de ajuste fiscal. É o momento de se deflagrar uma generosa operação de distribuição de benesses na área federal.

Seria bom se fosse possível. Mas é mais do que sabido que o esforço de ajuste fiscal feito a partir do final de 1998, por impressionante e meritório que tenha sido, é de fato de péssima qualidade. Envolveu a imposição de um drástico regime de repressão fiscal. Pode-se reclamar, mas foi o possível. O grande desafio pela frente é, sem

retroceder no ajuste fiscal, buscar formas de aliviar esta repressão e abrir espaço nos orçamentos dos três níveis de governo para programas de despesa pública que realmente devem ser ampliados. Esta melhora na qualidade do ajuste fiscal só será factível se o governo continuar disposto a contrariar interesses e a assegurar o avanço de medidas que continuam pendentes. Há que se romper a rigidez legal que ainda protege de cortes programas extremamente dispendiosos de gasto público que a cada dia se tornam mais indefensáveis. A construção do espaço para a viabilização da tão almejada agenda positiva ainda requer muita disposição política para enfrentar com a devida coragem uma extensa agenda negativa.

Embora nesta matéria não haja atalhos ou soluções fáceis, não faltam, é claro, propostas de falsas soluções. O melhor exemplo é o projeto de emenda constitucional que impõe aos três níveis de governo a obrigação de aumentar substancialmente seus dispêndios com programas de saúde. É lamentável que tal emenda tenha sido aprovada em primeiro turno no Senado, justamente quando o País começava a assimilar a importância da instituição de um novo regime de gestão de recursos públicos baseado na idéia de responsabilidade fiscal. Até senadores que não podem ser acusados de ter inclinação por soluções fáceis parecem não ter percebido que a aprovação da emenda representa uma terrível vitória do populismo. É um grande revés para o processo de mudança de mentalidade que se espera da disseminação, entre todos os segmentos do setor público, do princípio básico de que não pode haver aumento de despesa sem prévia definição da forma de financiá-lo. Esta idéia tão simples e tão fundamental é frontalmente contrariada pela emenda, que impõe expansão substancial de gasto público à União, aos Estados e aos municípios sem qualquer preocupação em assegurar fontes de financiamento.

Agora só falta vincular mais recursos orçamentários à educação, à segurança ou a qualquer outra área que se repute importante, e está tudo resolvido. O objetivo essencial da Lei de Responsabilidade Fiscal era exatamente impedir este tipo fácil e inconseqüente de agenda positiva.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.